

**XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**SEMINÁRIO TEMÁTICO 111: OS ÍNDIOS E O ATLÂNTICO
COORDENADORES: PROF. TITULAR JOHN MANUEL MONTEIRO
PROF. DR. EDSON HELY SILVA**

**“A PRESENÇA INDÍGENA NAS CAPELAS DA CAPITANIA DE SÃO
VICENTE (SÉCULO XVII)”
PROF. DRA. GLÓRIA KOK
(UNICAMP)**

**SÃO PAULO
17 A 22 DE JULHO DE 2011**

Durante o século XVII, formou-se, nas capelas administradas pelos jesuítas, uma cultura ibero-ameríndia que conjugou acervos culturais dos jesuítas, do mundo ibérico e de diversos grupos indígenas. Além dos índios aldeados ou cristãos e dos índios “administrados”, a sociedade colonial criou a categoria “índios encapelados”, que viviam em torno das capelas das propriedades particulares. Trata-se, assim, de uma outra categoria do índio colonial, indicativa de uma forma de vínculo dos nativos com os adventícios em São Paulo. Segundo a historiadora Karen Spalding, a história da sociedade colonial não é apenas a do transplante da sociedade europeia para o Novo Mundo, mas é, sobretudo, a história do desenvolvimento de novas tradições culturais e de interações entre diversos grupos sociais (SPALDING, 1972, pp. 47-76). Os índios das capelas exerceram múltiplos papéis e funções, como, por exemplo, nos movimentos de expansão paulista em busca de índios e de ouro em direção ao Vale do Paraíba e às regiões de Minas Gerais (1698), Cuiabá (1718) e Goiás (1725). Se, por um lado, as capelas representavam um espaço religioso da conquista ibérica, por outro, podiam se transformar em locais de manifestações e de negociações indígenas. Guardiães de múltiplos significados, as capelas, não raro, traduziram estratégias indígenas de preservação das identidades na história colonial de São Paulo..

1. Artífices indígenas

Durante a União Ibérica, de 1580 a 1640, o afrouxamento das fronteiras incentivou índios, espanhóis e mestiços a se deslocarem da América espanhola para a vila de São Paulo e vice-versa.¹ Aos deslocamentos voluntários somaram-se, entre 1628 e 1641, os ataques paulistas às missões jesuíticas espanholas do Guairá, Tape e Itatim, que capturaram um contingente de 33.000 a 55.000 índios, estimado pelo jesuíta Ruiz de Montoya (*Apud* MONTEIRO, 1994, p. 74). Como consequência, as cidades de Villa Rica, Ciudad Real e Jerez se despovoaram, enquanto os Guarani, muitos deles versados em ofícios, passaram a compor a maior parte da população indígena da vila de São Paulo, seguidos, em menor escala, pelos Guarulhos, Guaná e Kayapó. A presença

¹ Para aprofundar o tema das influências dos espanhóis na vila de São Paulo, ver AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antonio*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

Guarani deixou suas marcas na formação de uma cultura ibero-americana nas capelas de São Paulo durante o século XVII, como veremos adiante..

A **Capela de São Miguel** foi fundada numa colina sobre a várzea do Tietê, nas antigas terras de Ururaí, onde se assentava uma das aldeias dos índios tupiniquins, cujo chefe era Piquerobi, irmão de Tibiriçá, em 1560. Conforme a inscrição gravada na verga da porta principal, foi concluída uma reforma em 18 de julho de 1622, quando a maior parte dos moradores era Carijó. Em troca das obras de ampliação da capela, o carpinteiro Fernão Munhoz recebeu muitas braças de terras, que pertenciam originalmente aos índios, em escritura passada pelo próprio padre, capitão e administrador da aldeia. Um corpo fletido – posição característica de muitos enterramentos indígenas – foi desenterrado da sacristia ao lado de retalhos de tecido de trançado rústico e contas de colar, o que revela o *status* alcançado por alguns índios da aldeia, possivelmente uma liderança indígena.

Trata-se de um dos poucos exemplares remanescentes da arquitetura religiosa brasileira que conserva integralmente os alpendres em formato de “L”, uma solução tradicional européia, que, conforme observou Luiz Saia, seguiu o modelo de igreja alpendrada da província de Salamanca, na Espanha (SAIA, 1939, p. 240). Outra função do alpendre apontada pelo arquiteto era possibilitar o acesso dos escravos à porta da capela.

Os trabalhos artísticos da Capela de São Miguel Arcanjo surpreendem pela qualidade das obras e pela originalidade, os quais, provavelmente, resultaram de uma combinação fértil entre os conhecimentos transmitidos pelos jesuítas baseados em experiências vividas em outros continentes e os múltiplos acervos culturais indígenas. Renata Martins², ao analisar o “encontro” das tradições culturais dos indígenas e dos jesuítas nas missões do Grão-Pará observa que, afora a importância das artes visuais para a afirmação da fé católica, amplamente utilizada pelos jesuítas nos quatro continentes, Belém (1616) tornou-se um centro irradiador de modelos e técnicas de arte e arquitetura que, das oficinas, se difundiam pela rede de missões da Amazônia. “Acreditamos que as obras produzidas nas Oficinas de Belém, possuem aquilo que para nós melhor representa a herança artística dos jesuítas e dos índios nas missões do Grão-

² Agradeço a Luisa T. Wittman a indicação do belo trabalho realizado por Renata Maria de Almeida Martins. *Tintas da Terra, Tintas do Reino. Arquitetura e Arte nas Missões Jesuítas do Grão-Pará (1653-1759)*. 2 volumes. Tese de doutorado, sob orientação do Prof. Dr. Luciano Migliaccio, apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, área de concentração História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo, 2009.

Pará: elementos ‘da terra’, elementos ‘do reino’, em uma ‘receita’ muitas vezes ‘indecifrável’, e por este mesmo motivo, valiosa [...]” (MARTINS, 2009, p. 236).

As pinturas do forro apresentam motivos similares aos das capelas de Carapicuíba e de São Roque. Tais motivos, de acordo com estudo de Renata Martins, derivam de “brutescos” (MARTINS, 2009, p. 379) Segundo Aracy Amaral, as pinturas, de um maneirismo tardio, foram inspiradas nas pinturas da América Espanhola e da Península Ibérica (AMARAL, 1981, p. 82). Ao lado desse padrão dos jesuítas, foi encontrada na ocasião de uma das reformas, em 2004, uma pintura parietal do século XVII feita pelos indígenas atrás do altar lateral. Os motivos e as cores sugerem padrões indígenas, provavelmente Guarani. Apesar dos “pintores” indígenas terem sido orientados para copiar os modelos europeus, as pinturas expressavam também a recriação das tradições culturais ameríndias. O interior da capela apresenta entalhes em madeira do altar principal, do oratório e dos altares laterais que revelam o domínio da técnica indígena e formam composições originais divergentes dos modelos jesuíticos. Destacam-se duas figuras femininas talhadas em jacarandá nas extremidades da banca de comunhão que foram consideradas “como das mais antigas e autênticas expressões conhecidas da ‘arte brasileira’ (COSTA, 1978, p. 63)”.

Afirma Aracy Amaral que os índios e mestiços construía capelas, mas, como se tratava de um edifício religioso, muitas vezes “não cobravam nada por seu trabalho porque a igreja era para eles. Uma vez levantada a igreja a conservação e melhoria, desde que não dissesse respeito à planta, seguia a cargo dos índios” (AMARAL, 1981, p. 74). As formas de apropriação das capelas pelos indígenas eram diversificadas e precisam ser melhor examinadas. O historiador Jean Baptista verificou na documentação que nos povoados do Uruguai, no início do século XVIII, certas capelas pertenciam a caciques, onde eles rezavam “ao tempo que haviam de assistir à Igreja”, cantavam e tocavam “uma caixa de guerra em cada capela, superando com isso a falta de sinos”, sinalizando para a autonomia dos rituais nesses espaços religiosos (BAPTISTA, 2009, p.179).

A Capela de São João, na aldeia de Carapicuíba, foi doada por particulares à Companhia de Jesus no século XVII. O sertanista Afonso Sardinha³ e sua mulher Maria Gonçalves fizeram a doação de seus bens ao Colégio dos padres da Companhia de Jesus

³ “Sertanista, natural de Portugal, participou, em 1585, da expedição, por via marítima, do capitão-mor Jerônimo Leitão a Paranaguá, contra os indígenas carijós”. Em S. Paulo teve patente de capitão-mor da vila em 1592. Na Câmara, exerceu as funções de vereador entre 1572 e 1610, almotacel em 1575 e juiz ordinário em 1587. Teve trapiches de açúcar em S. Paulo, na sua fazenda de Ubatatá (Butantan)” (AMARAL, 1980, p. 423)

em 1615. A capela que havia na propriedade era a de Nossa Senhora da Graça (de Carapicuíba). Situada a poucos quilômetros da margem esquerda do Tietê, Carapicuíba ficava no caminho obrigatório do sertão de Parnaíba. Muito provavelmente, uma de suas funções era abastecer de alimentos os sertanistas. A região contou com a vizinhança de lavradores brancos e mestiços, que, além de freqüentar a capela, disputavam os índios com os missionários. Os jesuítas ficaram responsáveis pela catequese e administração dos grupos indígenas descidos do sertão, sobretudo os Guarulho (Maromimim ou Guaramimi) que lá viviam. A capela atual foi feita de taipa em 1736, dedicada a São João Batista, que ainda mantém a composição original, conservando os elementos arquitetônicos do centro do aldeamento, o largo da Igreja, escola, residência e oficina, em torno do qual se alinham habitações indígenas. O terreiro foi palco de danças e representações. Uma delas é a dança de Santa Cruz, realizada anualmente em Carapicuíba, da qual Mário de Andrade identificou muitos elementos indígenas. Além das pinturas dos armários com motivos florais, semelhantes às que vimos na Capela de São Miguel, a terça da sacristia foi, certamente, decorada pelos índios.

A expulsão dos jesuítas da Capitania de São Vicente, em 1640, motivada pelos conflitos que envolveram colonos, jesuítas, a Coroa portuguesa e os grupos indígenas em torno da mão de obra e das terras levou à desarticulação da cultura ibero-americana e a depopulação das aldeias dos arredores da vila de São Paulo. A aldeia de São Miguel passou para os religiosos franciscanos, enquanto Carapicuíba ficou sujeita ao vigário da paróquia de Cotia. Na última década do século XVIII, segundo informa um documento da época, a capela estava com suas paredes danificadas pelos animais e seus oradores viviam “a mais miserável das existências”.

2. Índios encapelados

As capelas viabilizaram uma prática comum em Portugal que foi transplantada para a América portuguesa: a vinculação de bens de raiz em capelas. Muitos paulistas enriquecidos receberam licença para erguer ermidas. A concentração da população indígena chegou a níveis alarmantes, alcançando, em certas regiões, a proporção de 8 índios escravos para apenas 1 branco. Entre 1600 e 1700, foram construídos 45 capelas e oratórios rurais em São Paulo (MONTEIRO, 1985, pp. 307 e 431-436). A multiplicação das capelas acompanhou a formação das fazendas, o aumento das propriedades rurais, o incremento da produção agrícola e a fundação de novas vilas. O

cuidado dos bens cabia aos futuros administradores da capela que não podiam “vender, nem trocar, nem escambar, nem alienar” (NIZZA DA SILVA, 2009, p. 83). Para Jorge Caldeira, os bens da capela eram considerados sagrados e os proprietários ficavam isentos de impostos, pois a produção das terras e os objetos de culto não sofriam a cobrança de dízimos e os índios encapelados não podiam ser requisitados para o “serviço real” (CALDEIRA, 2006, p. 319). Possivelmente, era uma estratégia dos proprietários para fugir ao fisco da Coroa portuguesa. Neste caso, os objetos de culto também estavam isentos de impostos. Daí o número considerável de castiçais de prata.

Nas sesmarias do Licenciado Mateus Nunes de Siqueira e de seu irmão Padre Jacinto Nunes de Siqueira foi construída uma capela alpendrada, na margem direita do ribeirão Aricanduva, que abrigou a imagem de Nossa Senhora da Penha de França, por volta de 1639. A trajetória da devoção a Nossa Senhora da Penha de França é por si mesma reveladora das conexões do império ultramarino com a América: originária do Maciço Central da França, conhecida como *Notre Dame du Puy* (Nossa Senhora da Penha), foi para a Península Ibérica e suas colônias do Novo Mundo (BOMTEMPI, 1970, p. 63). Do Espírito Santo, migrou para o Rio de Janeiro, Ceará, Recife, São Paulo e Minas Gerais.

O testamento do Padre Jacinto Nunes de Siqueira, aberto em 1684, deixou “a Igreja com casa, em que elle viva, & hum curral de cincoenta vacas, & doze Índios, dos que não são senhores de toda a sua liberdade, para que conservassem aquella fazenda da Senhora. (...) Desorte que nunca faltasse á Senhora o seu culto, & o ornato de toda aquella sua Igreja” (BOMTEMPI, 1970, pp. 46 e 47). Os índios encapelados, portanto, deviam obrigações ao orago. Local de romaria e peregrinações com oferendas de “ex-votos”, a capela de Nossa Senhora da Penha deu origem ao bairro da Penha.

O capitão Fernão Paes de Barros, que alegou o grande fervor de sua segunda esposa, D. Maria de Mendonça, e a dificuldade de acesso à igreja da vila, devido à distância e ao “caminho áspero”, obteve licença em 1681 para erigir a capela de Santo Antonio, no atual município de São Roque. Além de terras, tinha “grande número de escravos do gentio da Guiné e do gentio do Brasil” (ANDRADE, 1965, p. 87). A capela esteve vinculada até 1854. Durante esse período foram rezadas 8.650 missas pela alma do fundador (HOLANDA, 1941, p. 117). Feita de taipa, a Capela de Santo Antonio distingue-se pela influência oriental, visível pela torre fora do corpo da igreja, construída de pedra e recoberta de barro em forma de pagode. O estudo de Aracy Amaral revela que seu risco é típico de uma capela rural no Vice-Reino do Prata e que a composição

do altar é uma cópia de um modelo maneirista erudito, com influência de elementos iconográficos do altiplano peruano-boliviano, com expressões de tradição indígena.

Aracy Amaral observa também a habilidade imitativa dos Guarani para copiar modelos, recriando-os (AMARAL, 1981, p. 106). No contexto do Novo México, Gruzinski pontua que a cópia viabilizava a expressão de estilos pictóricos pré-hispânicos (GRUZINSKI, 1999, p. 222). Com relação aos índios da Amazônia, o jesuíta João Daniel ficou profundamente impactado com a habilidade que os índios tinham para aprender todos os ofícios e imitar os artefatos. Diz ele: “tem tal phantasia, que para imitarem qualquer artefacto basta mostrar-lhe o original, ou copia, e a imitam com tal magistério que ao depois faz equivocar qual seja o original, e qual a cópia” (*Apud* BAUMGARTEN, s/d, p. 6).

No púlpito de talha dourada, a composição da águia bicéfala, coroada, é o símbolo dos Habsburgos. A pintura ornamental do teto assemelha-se à pintura de outras capelas da região, com motivos decorativos formados por florais e arabescos. Lúcio Costa afirma que é na composição e talha dos retábulos de altar que se entrevê versões populares de modelos eruditos europeus e uma variedade de estilos do Barroco americano que conferem originalidade à obra. O modelo do retábulo de Santo Antonio, explica Mário de Andrade, é próprio dos jesuítas, com cuidadoso desenho e bela pintura, mas o resultado é uma “recriação” de artesãos indígenas. Em documento encontrado por Aracy Amaral, datado de 13 de outubro de 1646, de Lisboa, havia na Vila de São Paulo mais de 40.000 índios e os mais delles carpinteiros”[...] (AMARAL, 1981, p.12).

Durante o século XVII, milhares de índios despovoaram as aldeias coloniais acompanhando as correntes de expansão paulista em direção ao Vale do Paraíba, estabelecendo-se nas vilas de Mogi das Cruzes (1611), Parnaíba (1625), Taubaté (1643), Guaratinguetá (1651), Jacareí (1653), Jundiaí (1655), Itu (1658), Sorocaba (1661) e Curitiba (1693), enquanto outros se deslocaram para as regiões de Minas Gerais (1694), Cuiabá (1718) e Goiás (1725), para trabalhar nas minas de ouro. O movimento centrípeto da população de São Paulo articulado ao bandeirismo foi observado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda. Diz ele: “[...] despejando em periódicas pulsações as sobras de seu povo, a vila de S. Paulo se vai projetando no século XVII em novas comunidades que sucessivamente se vão formando ao largo do sertão. Se o fenômeno não tem o alcance espetacular das grandes entradas bandeirantes, o certo é que a estas se enlaça pela sua origem e serve para clareá-las de luz nova. Que ele se

dava com iguais características nas comunidades secundárias ou derivadas, por sua vez erigidas em outros tantos focos de expansão, é desnecessário dizê-lo, embora seja lícito pensar que se revelasse mais sensível no núcleo primitivo e já ‘saturado’ do planalto” (HOLANDA, 1966, pp. 162-163).

Na maioria das vilas recém-fundadas, a população indígena superava a dos brancos. Em Sorocaba, por exemplo, a população indígena representava 83% do total (HOLANDA, 1966, p. 87). Em contrapartida, uma denúncia de meados do século XVII alertava sobre o estado das aldeias jesuíticas do Planalto Paulista (Barueri, Pinheiros, São Miguel e Guarulhos): “*se acham impossibilitadas de gente por serem os índios dellas levados de moradores ao sertão, onde perecem todos, com que remontando-se nesta conformidade se vão as aldeias extinguindo [...]*.”(Apud PETRONE, 1995, p. 185). O despovoamento das aldeias coloniais de São Paulo pode ser atribuído ao alto índice de fugas e também aos numerosos “negros da terra” que permaneceram por tempo indeterminado nas fazendas e em casas particulares, deixando os seus parentes nas aldeias da vila. É patente, no entanto, a intensa movimentação dos índios entre as aldeias, o sertão, as fazendas e as vilas.

Considerações finais

Os índios que viveram na Capitania de São Vicente participaram ativamente da construção das capelas, da elaboração de suas técnicas e expressões. No mundo colonial, aprenderam com os irmãos e os padres jesuítas e tornaram-se os principais artífices que sustentaram o projeto missionário, produzindo obras de carpintaria, paredes de taipa, entalhes dos altares, retábulos, pinturas dos forros, nichos de sacristia, telhas e tijolos, esculturas em madeira e barro, imagens dos santos, entre tantas outras atividades essenciais à propagação da fé e à implantação do projeto missionário.

Dada a carência de mão de obra especializada na região de São Paulo, foram freqüentes os processos de colonos solicitando o retorno dos índios de ofícios, acolhidos em propriedades alheias. Em 1723, a viúva Sebastiana Leite Furquim se queixou que o carijó de sua administração oficial de sapateiro, por nome Joam Sapateiro, fugiu e encontrava-se na casa de José Correa de Mesquita e foi visto fazendo sapatos que é o seu ofício.(DEP. DO ARQUIVO DO ESP, 1945, p.12) Um outro caso curioso é o do bastardo forro Ignácio Sapateiro que foi preso fugindo a caminho das minas do Cuiabá “por cauza de não dar conta de hum seu filho também do mesmo officio m.^{or} no cittio do Pary” (DEP. DO ARQUIVO DO ESP, 1945, p. 145).

No início do século XVIII, a prioridade na requisição de mão-de-obra indígena era voltada ao descobrimento de minas de prata, ouro e esmeralda e ao trabalho nos centros mineradores. Nas listas de população dos aldeamentos de São Paulo de 1721 a 1804 nota-se a ausência de índios adultos de ambos os sexos. Na Aldeia de N. S^{ra} da Conceição, na década de 1720, por exemplo, 16 famílias somam um total de sessenta e quatro moradores, dos quais trinta e seis estão na aldeia, contando as crianças, e os demais dispersos e distantes. As mulheres com crianças pequenas e os homens idosos residiam nas aldeias, enquanto as jovens trabalhavam em casas particulares e os homens, nas minas, fazendas, ou tinham o paradeiro ignorado (DEP. DO ARQUIVO DO ESP, 1945, pp. 49-53). Os índios das aldeias e capelas que permaneceram tinham a obrigação de suprir o abastecimento de São Paulo. O religioso Rafael Marques, responsável pelos cativos “encapellados”, escreve numa carta de 12 de março de 1722, que “a capella de N. S.^{ra} d’Ajuda contratarão com os R.^{ores} deste Coll.^o, plantar o mantim.^{to} de q’ nos sustentamos, e são nossos colonos, aq^m pagamos o seo jornal. Dos de Mboy, e Ytapicirica nos servimos p^a as conduções dos gêneros q’ se conduzem do mar, pagando lhes tambe o seo trabalho, e faltandonos esta conveniência não nos podemos conservar nem sustentar” (DEP. DO ARQUIVO DO ESP, 1945, p. 43).

Muitas capelas ficaram nas mãos dos próprios índios, que, abandonados pelos religiosos, provavelmente se apropriaram do espaço das capelas para ressignificar suas identidades, fortalecer laços de sociabilidade e recriar ritos e cultos. Em 1732, por exemplo, na Aldeia de Nossa Senhora de Escada, o padre e visitador, o doutor Alexandre Marques do Vale, constatou que “não achou os ornam.^{tos} que o p.^e bispo ordenava (...) só tem hu da cor vermelho e branco sem frontal e estar som.^{te} em poder dos índios [...] (Apud LEMOS (org.), 2008, p. 115)

Em 1769, foi promulgada uma lei, durante o governo de D. José, que proibia que a alma pudesse ser a herdeira dos bens, ou seja, estava proibida a instituição de capelas que vinculava os bens e impunha missas e sufrágios “até o fim do mundo” (NIZZA DA SILVA, 2009, p.173).

No final do século XVIII, as aldeias de São Paulo estavam em vias de dissolução, sinalizando tanto para o fim da expansão paulista como para a falta de interesse no emprego da mão de obra indígena. A pobreza dos moradores era generalizada. Diz um documento que “um religioso capucho [que] indo a São Roque, na freguesia de Cotia, administrar os sacramentos vira lhe chegarem uns trinta ou quarenta

homens, ou quiçá em número mais avultado dispondo de uma única vestia que iam envergando sucessivamente para se apresentarem ao confessorário!” (DI 23, p. 383).

A Lista de População das aldeias coloniais do início do século XIX demonstra que, apesar da maioria dos índios trabalhar na agricultura e de haver um contingente considerável de índios sem terra, ainda estavam vivas as manifestações culturais indígenas. No ano de 1802, por exemplo, viviam na aldeia de Itapecirica 8 músicos que formavam a banda do aldeamento. Na Escada, concentravam-se os louceiros, em Embu, dois carpinteiros, um pintor, uma louceira, um oficial de telhas, uma pessoa que fazia imagens, outras três obras de taquara, um mestre da capela e seis músicos. Uma ordem de 1767 solicitava “os Índios muzicos da dita Aldea, q’ no dia vinte e quatro deste corrente mez se acham na fazenda de S. Anna termo desta Cidade, com todas as Solfas, e instrumentos que tiverem, para se festejar a Snr.^a Santa Anna desta Fazenda” (Apud PETRONE, 1995, p. 289).

A última informação oficial sobre o estado das aldeias de São Paulo data de 1889:⁴ “Os demais Aldeamentos – dos Pinheiros, Barueri, Carapicuhya, S. Miguel, Itaquaquecetuba, Escada, Mboy – apenas existem *in nomine*. As suas terras foram invadidas por particulares e a população indígena confundida com a civilizada” (<http://brazil/cr.edu/bsd/1033>. Acessado em 20/1/2011).

Imersos na pobreza rural do cinturão de São Paulo, os índios foram transmudados em caipiras e mestiços. À sombra da identidade caipira, porém, a capelinha devotada a um orago, com variados sinais de tradições culturais indígenas, resistiu à ação do tempo como centro da religiosidade e de sociabilidade de uma população itinerante e dispersa (CANDIDO, 2003, p. 95).

Bibliografia

AMARAL, Aracy. *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antonio*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

AMARAL, Antonio B. de. *Dicionário de História de São Paulo*. SP: Gov. do Estado, 1980.

ANDRADE, Mário. *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. SP: Livraria Martins, 1965.

Arte no Brasil. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

⁴ “Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Província de São Paulo pelo presidente da província, Doutor Pedro Vicente de Azevedo, no dia 11 de janeiro de 1889”, <http://brazil/cr.edu/bsd/1033>, acessado em 20/1/2011.

- BAPTISTA, Jean. *O Temporal: sociedades e espaços missionais*. Dossiê das Missões, vol. 1. São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009.
- BAUMGARTEN, J. “El rol de las artes plásticas en la actividad misionera de los Jesuítas. Un ejemplo en la obra de los jesuítas Johann Xaver Treyer y Johann Philipp Bettendorf en Pará y Maranhão”. Sem publicação.
- BOMTEMPI, Silvio. *O bairro da Penha (Penha de França - Sesmaria de Nossa Senhora)*. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1970.
- CALDEIRA, Jorge. *O banqueiro do sertão*. São Paulo: Mameluco, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudos sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 10ª ed. SP: Duas Cidades e Ed. 34, 2003.
- COSTA, Lucio. “A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil”. FAU/USP e MEC-IPHAN. *Arquitetura Religiosa*. FAU/USP e MEC-IPHAN, 1978.
- DEP. DO ARQUIVO DO ESTADO. *Publicação oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, 3ª edição. São Paulo: Arquivo do Estado, 1913, 94 volumes.
- DEP. DO ARQUIVO DO ESTADO. *Boletim do Dep. do Arquivo do Estado*, São Paulo: Arquivo do Estado, 1945.
- GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 1, São Paulo: USP, 1966, pp. 55-111.
- _____”Capelas antigas de São Paulo”. *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico Nacional*, vol.5, 1941, pp.105-120.
- KOK, Glória. *O sertão itinerante. Expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2004.
- LEMOS, Carlos (Org.). *Patrimônio: 70 anos em São Paulo*. São Paulo:IPHAN, 2008.
- MARTINS, Renata Maria de Almeida Martins. *Tintas da Terra, Tintas do Reino. Arquitetura e Arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759)*. 2 volumes. Tese de doutorado, sob orientação do Prof. Dr. Luciano Migliaccio, apresentada à FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

_____. *São Paulo in the Seventeenth Century: Economy and Society*. 2 vols. Department of History. The University of Chicago, Illinois, 1985.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (org.). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

SAIA, Luis. “O Alpendre nas Capelas Brasileiras”. *Revista do SPHAN*, vol. 3, 1939, pp. 235-249.

SPALDING, Karen. “The Colonial Indian: Past and Future Research Perspectives”. *Latin American Research Review*. Volume VI, n. 1, Spring 1972, p. 47-76.

ZANINI, Walter (org.). *História Geral da Arte no Brasil*, 1. SP: Inst. Moreira Salles, 1983.

Site:<http://brazil/cr.edu/bsd/1033> (Acessado em 20/1/2011)

Texto apresentado em 15/7/2011